

ACTA Nº 7/2002

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2002:

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dois, nesta cidade de Esposende e Auditório da Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Alberto Queiroga Figueiredo, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma.

A reunião da presente sessão foi secretariada pelo Segundo Secretário da Mesa, José Manuel do Casal Almeida e por Manuel Lima de Almeida, chamado pela mesa, com a anuência unânime do plenário e dado verificar-se não ter comparecido inicialmente o Primeiro Secretário, Manuel Fernando Torres Arezes.

Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: Agostinho Penteado Neiva, Manuel Brás Marques, José Luis Correia de Azevedo, António Maranhão Peixoto, Manuel Joaquim Marques Peres Filipe, Álvaro Manuel Oliveira Maio, Manuel Enes de Abreu, Manuel Carlos Alves Matos Ferreira, Tiago Francisco Ferreira Faria de Moraes, João Maria de Sousa Nunes da Silva, José Luis da Silva Ribeiro, José Baltazar Lage de Matos, Jorge Duarte da Silva, Carlos Manuel Vasco Afonso Novo, António Manuel Rossas Pereira, Victor Manuel da Silva Faria, Otílio Fradique dos Santos Hipólito, Manuel Fernando Lima Meira Torres, Mário Ferreira Fernandes, José Eduardo de Sousa Felgueiras, José Artur Saraiva Marinho, António Vendeiro Catarino, Sílvio de Azevedo Abreu, Fernando Pereira Marques, Jorge Humberto Sousa e Silva, Abílio Cepa Cerqueira, José Maria Losa Esteves, Carlos Alberto Gomes de Faria, Joaquim Carvalho Rosmaninho, e António Carlos Vieira da Silva.

Sendo nove horas e minutos, verificando-se haver "quorum" para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão,. encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta.

Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: Joaquim Barbosa Ferreira Couto e João Migueis Ferreira da Silva.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Agostinho Neiva procedeu à apresentação da seguinte proposta de Voto de Pesar, a qual a Mesa declarou subscrever, bem como todos os grupos políticos presentes: "O Grupo do Partido Social Democrata, propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor António José da Costa Leme, que foi Presidente deste município, tendo durante os eu mandato, o concelho

beneficiado de obras que na altura e ainda hoje nos dignificam e demonstram a larga visão que tinha no desenvolvimento da terra que durante vários anos serviu. Que esta manifestação de pesar seja transmitida à família." Seguem-se data e assinaturas:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTÓNIO JOSÉ DA COSTA LEME.

MAIS DELIBEROU QUE DA PRESENTE SEJA DADO CONHECIMENTO À RESPECTIVA FAMÍLIA.

José Luis Azevedo procedeu à apresentação da seguinte proposta de Voto de Pesar, a qual a Mesa declarou subscrever, bem como todos os grupos políticos presentes: "A Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária pelas nove horas e trinta do dia dezois de Dezembro de dois mil e dois, expressa um voto de pesar pelo falecimento do senhor Eduardo Moreira de Melo, que foi membro desta Assembleia Municipal e a quem reconhece o mérito de ter defendido, em geral, os interesses do município e, em especial os interesses da freguesia de Apúlia, de onde era natural, acompanhando com este voto a família enlutada. Mais propõe o envio do voto aprovado à família" Seguem-se data e assinaturas:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR EDUARDO MOREIRA DE MELO.

MAIS DELIBEROU QUE DA PRESENTE SEJA DADO CONHECIMENTO À RESPECTIVA FAMÍLIA.

O Presidente da Mesa apresentou o Regulamento Municipal de Segurança e respectivas deliberações tomadas por esta Assembleia Municipal. Informou que será remetida cópia deste assunto a cada grupo político a fim de ser apreciado em próxima sessão deste órgão.

José Eduardo Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, apresentou a seguinte declaração política: "Faz, daqui por seis dias, mais precisamente no dia vinte e dois, dois anos, que o então deputado e líder da maioria (a mesma de hoje) Agostinho da Silva, apresentou nesta Assembleia, uma declaração de protesto - prontamente aprovada por maioria dos presentes, com vinte e dois votos a favor, seis contra e uma abstenção – sobre a barra de Esposende, da qual quis dar conhecimento ao Ministério das Obras Públicas, ao Ministério do Equipamento Social, bem como à Comunicação Social. Na altura agradeceu a Deus, aquele deputado, pelo facto de 'ainda ter boa memória,' apeteceu-lhe dizer que a barra de Esposende 'sofia de um novo síndrome (sic): o já famoso Orçamento saltitante', rematava. Senhor Presidente da Assembleia. Senhor Presidente da Câmara Senhores Deputados. É evidente que o que quero aqui comentar, não é, embora faça votos para que continue a tê-la

em boa forma, a memória abençoada do Sr. Dr. Agostinho... O que eu quero lembrar aqui, é que o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata nesta Assembleia apresentou 'o seu mais veemente protesto pela não aprovação pelo Partido Socialista da proposta feita em sede de discussão na Comissão da Especialidade sobre a barra de Esposende, quando todos os restantes partidos se manifestaram concordantes com esta pretensão do PSD e dos municípios de Esposende', citei. Senhor Presidente da, Assembleia, Senhor Presidente da Câmara. O facto de não ter podido estar presente na reunião em que esta questão foi levantada, nem por isso deixei de saber o que nela se passou. E também eu agradeço a Deus a memória que me deu, que até ao presente não é, nem foi retorcida, nem tão pouco interesseira política ou pessoalmente. Por isso volto ao assunto. Se é verdade que muitos, 'quando o PSD teve em PIDDAC a obra devidamente contemplada com financiamento e calendário programado' diziam ser uma miragem, embora mais do que nunca se estivesse tão perto da sua execução, outros, simples mortais como eu, acreditaram que era chegado o momento... Ingenuidade, pelos vistos! Mesmo assim, lá me fui interrogando e comentando sobre as razões porque o não realizaram a obra, já que tinham tudo para a levar a efeito!!! Cheguei a algumas conclusões e estive, para responder, mas, o calo que já vou ganhando – que dispensava de bom grado – aconselhou-me a esperar. A esperar, feito, mascato, seguindo aquela máxima da mulher do camponês, ao ver os pássaros comer o milho: deixa-os pousar!!! A esperar o desenrolar dos acontecimentos, porque também dos muitos ensinamentos que devo a estas andanças, é que a crispação, a sobranceria, a incoerência, a manipulação, a exaltação, o 'show-off', têm inexoravelmente o seu reverso! E de facto, para nossa infelicidade, 'pousaram' suavemente... Quase mesmo sem dar por ela, a gente! Então, não é que este ano meus senhores, perante uma tentativa do P.S. para que o PIDDAC contemplasse uma verba simbólica a fim de que o projecto que está em fase ultimada de estudos pudesse avançar, (sem alterar a despesa do Orçamento), eis que aqueles mesmos que enchem a boca com a exclusividade de 'amigos do povo de Esposende', das 'gentes da Foz do Cávado' como reza o protesto, os democratas que choram os seus 'foragidos' que hoje empurram pela borda fora, quando ontem mesmo os incensaram, os partidos da maioria (PSD e CDS-PP) recusam liminarmente essa possibilidade! Perante tal situação dá vontade de perguntar aqui mesmo e agora: qual a posição dos nossos ilustres deputados desta maioria e os seus seguidores? O que vão fazer agora? Protestar? Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados. Haverá atitude mais 'saltitante' do que o comportamento da maioria 'protestante' desta Câmara e seus indefectíveis seguidores, quanto a este assunto? (Peço desculpa, mas deixem-me abrir aqui um parêntesis: que saudades deve ter a tua bancada dos teus protestos, meu caro Agostinho Neiva...! Pelo menos nunca a deixastes tão descaradamente entalada..., que eu me lembre!) Senhor Presidente. Eu acho que em política, também é possível haver coerência e seriedade. Na política séria, não na malabarista, que faz e trata por néscios os cidadãos, aqueles que votam em nós. Será que nós, homens honrados, que toda a gente nos conhece, temos necessidade de defendermos hoje o que ontem publicamente condenamos, só porque a cor do Governo mudou? Que carácter é o nosso? Estamos ou não aqui para defendermos os

interesses da população? Isto é alguma política?! Deixem-me que diga, que isto é uma triste e pobre imagem que passamos para os nossos eleitores! Depois admiramo-nos pelo facto de a política e os políticos estarem de rastos... Não seremos todos puritanos neste campo, mas, acho que podemos melhorar bastante... se tivermos a tal memória fresca! Deixemos de hipocrisias e de calculismos que toda a gente topa: estamos ou não estamos a favor da barra? É preciso tomar posições firmes e enérgicas, de uma vez por todas. Porque não fazemos um debate sério sobre o assunto, aqui nesta casa, numa reunião especial? Fica aqui o desafio, senhor Presidente. É preciso e urgente que a população, saiba, sem subterfúgios de que lado estão, definitivamente, os seus representantes, Ou a politiquice de capoeira não deixa pensar no futuro dos nossos filhos, só porque não sabe em que poleiro estará amanhã o galo? Badala-se agora com o FINISTERRA, (mau agoiro o do nome: fim da terra ou fim do mundo), que muita gente já sabe do que se trata, menos nós! Oxalá traga a solução, senhor Presidente! Venha ele, pois aí terá uma vez mais este 'ingénuo' cidadão a bater palmas na primeira linha, seja a si ou algum 'vosso' enviado especial! É que estas humildes mas expressivas palmas, serão creditadas um dia, senhor Presidente, tenho a certeza, àquele que inevitavelmente aparecerá e resolverá o assunto. É esse que levará a 'estátua'... A esse, o povo de Esposende ficar-lhe-á eternamente grato, tenha ele a coloração que tiver., acredite! Senhor Presidente da Assembleia: Porque aqui citei um deputado que hoje não faz parte desta Assembleia, mas duma outra maior, razão pelo que desde já o felicito e lhe desejo as maiores venturas, já que diz que 'vai pugnar pelos interesses do concelho', e porque não gosto de aludir ou focar alguém que está ausente, agradeço a V. Ex.cia. o favor de fazer chegar ao agora Deputado da Nação, este meu reparo, na convicção que também ele, daqui em diante e mais do que nunca, sensibilizará os seus pares para a necessidade premente da reparação da Barra de Esposende, na defesa dos interesses desta população. Muito obrigado." Segue-se data e assinatura.

Continuando no uso da palavra o mesmo membro procedeu à apresentação da seguinte declaração: "Os últimos temporais vieram acentuar o estado calamitoso e de degradação do edifício de Socorros a Náufragos, vulgo 'Salva Vidas'. Como se sabe, e infelizmente para nós, não é um edifício de grande valor arquitectónico, mas é o único em Portugal, construído para o efeito, sendo o Ex-Libris desta terra. É um edifício, carregado de história e simbolismo para qualquer esposendense, que vai fazer cem anos em dois mil e seis, se até lá não cair! Como Presidente da Junta e pessoalmente, tentei desencadear o processo de recuperação, logo que eleito no primeiro mandato, através do I.S.N., com o conhecimento da Câmara Municipal. Via ali o futuro Museu do Mar, Via ali espaço para lá continuar a ser guardado o Salva Vidas, um barco semi-rígido, que não ocupa nem um terço do espaço necessário aos clássicos e desaparecidos barcos salva-vidas. Via ali (no seu torreão) um excepcional miradouro da cidade... A proposta foi feita nesse sentido. Em reunião com Presidência e Vereação da Câmara expus o plano, aduzi argumentos, que foram bem recebidos. Os serviços museológicos fizeram um excelente estudo, sobre a viabilidade de um Museu Marítimo...

Continuei, nos meus humildes conhecimentos a bater a várias portas, que se iam abrindo, sempre que solicitadas, apresentando argumentos e dando disso sempre conhecimento á Presidência da Câmara. Acontece que no ano passado, ano de eleições, outros pormenores tiveram desenvolvimento, a ponto de ter sido afastado, diria quase 'saneado' institucionalmente do processo. Mas isso são pormenores que me abstenho de comentar, porque o interesse geral deve sobrepor-se ao pessoal, mesmo quando este sai magoado e ultrapassado, como foi o caso. O mesmo não deve passar-se ao outro nível, e por isso mesmo cá estou, mesmo ao de leve, a pôr o dedo na ferida... No entanto, lá tive conhecimento que a Câmara Municipal, depois de várias negociações, acabou por rejeitar o protocolo que, ao que vim a saber, exigia da parte do I.S.N., um edifício próprio para guarda do barco Salva Vidas, o tal semi-rígido e apetrechos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal. A carta que com que desencadeei o processo – do qual fui afastado - e para o qual antes contactei pessoalmente as entidades para quem a enviei – e que foram várias - dizia que o salva vidas (barco) ficaria na parte inferior do edifício, em área adaptada para o efeito... nunca se falou em edifícios novos ou quejandos! Os passos seguintes foram também dados nessa presunção. Nunca percebi, porque se inverteram as bases de negociação ou quem as inverteu, até porque ao que sei, há fortes possibilidades de regressar ao início, ou seja á proposta inicial. Aliás quando se negoceia, deverá haver sempre uma proposta ou contra proposta. No caso não tenho conhecimento que esta última tenha existido. No entanto, na semana passada, contactei pessoalmente, com a pessoa encarregada do processo. Disse-me que o assunto estava agora no Estado-Maior da Armada, e a tratar pelo Sr. Presidente da Câmara. Fiquei radiante! Mas imediatamente me assaltou a dúvida, se de facto se tratava do Salva Vidas, que ele conhece bem, ou do Salva Vidas de Apúlia ou a estação Rádio Naval de Apúlia! – que foram desactivados, questão à qual não me respondeu com certezas... Senhor Presidente, como V. Ex.cia deve ter reparado, procurei não entrar em muitos pormenores, porque o que me interessa é saber: Vai ou está a Câmara a tratar da recuperação do edifício em causa? O que vai fazer dele? Senhor Presidente da Câmara: Pode V. Ex.cia contar com a Junta da Freguesia de Esposende, mormente com o seu actual Presidente, para tudo fazer o que estiver ao seu alcance, no sentido de que o edifício venha a ter como finalidade o futuro Museu do Mar onde se possa guardar e estudar o grande e valioso espólio que ainda hoje existe em casas particulares, e que desaparecerá inexoravelmente dentro de vinte anos. Já lhe disse Senhor Presidente, que Galegos e Poveiros, além de várias Fundações e organismos públicos andam atrás do espólio de um famoso arquitecto, especialista em arqueologia naval de renome mundial, há poucos anos falecido, com casa no nosso concelho. Mas a família, até gostaria que tal espólio ficasse por cá... Onde, senão no sítio certo, onde até se poderiam fazer encontros internacionais?... E as piscinas ao lado, senhor Presidente. E o torreão com a sua magnífica vista... Não acha que para além de tudo, isto se podia interligar, Senhor Presidente no turismo caseiro que anda tão precisado de um empurrão? ... Tenho dito." Segue-se data e assinatura.

José Luis Azevedo apresentou a seguinte declaração: "No passado dia dezassete de Novembro completaram-se quinze anos sobre a criação da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende (APPLE), através do Decreto-Lei nº 357/87. A propósito deste aniversário, recordo que, antes, mesmo da criação da APPLE, tomei posição na Assembleia da República sobre o assunto, não sendo despidendo, pela persistência e actualidade dos problemas, recordar algumas das palavras que então proferi: 'Esposende é, em área geográfica, um pequeno concelho. (...) É o único litorâneo do distrito de Braga (...) Mas o clima de Verão, a suavidade das dunas e praias e outras naturais belezas, (...) potenciam os factores, mais ou menos artificiais, de um terceiro movimento (...). Manifesta-se por uma mal disfarçada cobiça sobre aqueles espaços; luta pela implantação de equipamentos turísticos e de habitação, para uma ocupação comumente sazonal; tem a mira no lucro e nas altas rendas a curto prazo. A cobiça parece ter aguçado a argúcia e reduzido os escrúpulos aos seus principais protagonistas. Apropriar-se, privatizar, construir e especular é caminho inevitável para os seus principais objectivos. Gerar cumplicidades institucionais, implementar mecanismos corruptores e traficar influências é uma forma de garantir uma certa impunidade. Alegam-se, para justificar, 'direitos históricos'. Pretende-se sobrepô-los ao interesse nacional e aos direitos das populações que, desde há séculos, dão uso colectivo e permanente a esses espaços. (...) E referindo-me à conjuntura política favorável à criação de uma área com um estatuto adequado de protecção ambiental, mais abaixo continuei: 'Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que há de significativo até agora em relação a este caso é o comportamento concordante dos diversos poderes públicos, com uma inequívoca maioria populacional. Parece um exemplar contraponto àquilo que nos temos vindo a habituar. Releva-se pela capacidade com que a Assembleia Municipal de Esposende, no último dia de Setembro, interpretou um desejo da população como assumiu a defesa de valores naturais inestimáveis, como propôs a 'criação da reserva natural-litoral entre os rios Neiva e Cávado', pela prossecução para sul dessa área, até ao limite de Esposende com a Póvoa de Varzim. Sublinha-se a dinâmica e o apoio da actual presidente da câmara e do executivo (...). Faz-se eco dos despachos favoráveis do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, 'dado o valor da reserva em causa, a qual se insere na prioridade nacional de protecção e valorização do litoral' – acabei de citar. Espera-se que a implementação dos mecanismos necessários à preparação e aprovação dos diplomas legais, enquadrados pelo Decreto-Lei nº 613/76, de 27 de Julho, encontre o mesmo eco no seio do Governo'. E, com isto acabei de citar algumas das palavras que então proferi no Plenário da Assembleia da República em doze de Novembro de mil novecentos e oitenta e seis (cf. docº junto). Felizmente, após estas palavras, foi, efectivamente, criada e tem funcionado, ainda que, durante muito tempo, sem respeito pela orgânica traçada na lei, relevando-se, dos seus objectivos, os seguintes: 1. Promover o uso ordenado do território, de forma a permitir o seu uso público para fins recreativos, sem prejudicar a continuidade dos processos evolutivos; 2. Sustentar e corrigir processos conducentes à degradação do património natural e dos recursos naturais; 3. Proteger e conservar o litoral do concelho de Esposende e os seus elementos naturais, físicos, estéticos e paisagísticos. Ora,

tudo isto vem a propósito da controvérsia recente acerca da desclassificação da APPLE e da entrega da sua gestão ao município de Esposende. Esta perspectiva que teve foros de notícia em muitos órgãos de comunicação social aguçou logo o apetite aos mais tenebrosos interesses particulares, tendo-me parecido que – para usar uma metáfora sem qualquer desprimor para as aves do mesmo nome – os abutres já se perfilavam – e não sei se ainda não se perfilam – atrás da Câmara Municipal de Esposende. Felizmente e após alguma controvérsia sobre a eventual desclassificação da referida área, parece que, finalmente, imperou o bom senso e o Governo da Nação, através do Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território, vai, afinal, ampliar a referida área e modificar o seu estatuto para o de Parque Natural, aumentando a sua protecção, a acreditar nas notícias vindas a público (cf. notícia publicada no jornal ‘Público’ do passado dia seis de Dezembro). É meu entender que só assim se potenciam os factores de protecção dos valores ambientais em questão e, por isso, venho mais uma vez, quinze anos depois, agora nesta Assembleia, sem olhar a cores partidárias, congratular-me com a iniciativa governamental e esperar que não sejam defraudadas as expectativas daqueles que, comigo, acreditam que esse património deve ser defendido para assegurar, conjuntamente, com outros, um mundo melhor para aqueles que nos vão suceder." Segue-se assinatura.

Agostinho Neiva comentou a intervenção de José Eduardo Felgueiras, referindo vários factos que se teriam verificado durante o governo do Partido Socialista, em contraponto à referida intervenção.

Álvaro Maio comentou as intervenções anteriores, salientando que qualquer obra que se faça, deve ser bem feita e a fim de que posteriormente não se verifique a necessidade de serem realizadas correcções. Comentou a situação de perigo em que se encontra o litoral, com a potencial poluição através de maré negra, referindo, sobre isto, que a Comissão Ecológica não foi informada. Relativamente à Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende (APPLE) referiu que a Comissão Ecológica já foi criada há vários meses e que a mesma nunca se reuniu. Teceu alguns comentários sobre outras situações que se verificam no concelho, referindo, a título de exemplo as infraestruturas de suportes publicitários utilizados em campanhas eleitorais e que ainda não foram removidas.

Maranhão Peixoto apresentou felicitações pelo décimo quinto aniversário da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, salientando que há um consenso total de que a APPLE deve passar a Parque Natural.

José Luis Ribeiro comentou sobre a possibilidade de a APPLE passar a Parque Natural. Falou sobre o Pinhal de Ofir, referindo a situação em que se encontra actualmente e salientou as obras que estão a ser realizadas por empresa privada naquele pinhal. Questionou o Presidente da Câmara sobre se o caminho da Bonança é público ou privado.

José Luis Azevedo apresentou o seguinte requerimento: "Foi publicada uma local na página treze da edição do Diário do Minho do passado dia um de Dezembro que diz o seguinte: 'O DM apurou ontem que, neste momento, a Câmara Municipal de Esposende ainda não definiu o destino a dar ao imóvel, existindo mesmo conversas com a Junta de Freguesia de Esposende sobre a possibilidade de a escola do primeiro ciclo do ensino básico de Esposende regressar ao edifício em recuperação, que vai ter salas para ludoteca e actividades de tempos livres' (destacado nosso) (cf. documento junto). Todos se recordam de, antes da supra referida data, eu mesmo ter interpelado o senhor Presidente da Câmara de Esposende sobre o assunto, nesta mesma Assembleia, quer ao longo do anterior mandato, quer durante o presente mandato, tendo obtido do mesmo, sempre, uma resposta inequívoca: a de que o edifício da escola do primeiro ciclo do ensino básico de Esposende – conhecida como a Escola Primária nº 1 – seria recuperado e adaptado até Setembro de dois mil e três, para a reinstalação dos mais de duzentos alunos do primeiro ciclo que, actualmente, frequentam este ciclo de estudos em condições precárias, inseguras, insalubres e inadequadas, por empréstimo, no antigo e sobrelotado edifício da Escola Preparatória de Esposende, hoje E B 2,3 António Correia de Oliveira. É clara a contradição entre o que tem sido afirmado sobre o assunto pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende nesta Assembleia e o que foi publicado naquele órgão de comunicação social. Assim, sendo este assunto de interesse geral, quer do país quer do município – para que se elevem os níveis de educação e formação das populações em condições de igualdade e se cumpram os imperativos constitucionais do acesso e sucesso educativos sem discriminações de qualquer tipo -, e de especial interesse para todos os que, tendo filhos pequenos prestes a frequentar ou em idade de frequência do primeiro ciclo, vivem e trabalham em Esposende; tendo o mesmo assunto perfeito enquadramento nas atribuições legais deste município; tendo nós, eleitos pelo povo de Esposende para este órgão, o dever de prosseguir aquelas atribuições através do exercício das competências legais desta Assembleia Municipal; e conferindo-nos a lei poderes para tal, nos termos legais e regimentais em vigor requeiro ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende o seguinte: 1. Cópia do projecto de recuperação do edifício, com as respectivas memórias descritivas e todas as informações, pareceres e decisões que sobre o projecto já recaíram; 2. Informação sobre o estado de execução da obra e previsão para a sua conclusão; 3. Informação concreta e circunstanciada, acompanhada da respectiva documentação, sobre o tratamento dado ao assunto pela Câmara Municipal; 4. Esclarecimento cabal sobre as finalidades a dar ao edifício referido, após a respectiva recuperação." Segue-se assinatura.

José Luis Azevedo apresentou, de seguida, o seguinte requerimento: "Dois dias após o temporal que no mês passado, durante pouco tempo, assolou Esposende, fui confrontado com uma lamentável situação (cf. fotografias juntas). Ao chegar ao Aldeamento Sozende estavam vários técnicos municipais, outras pessoas e uma parafernália de máquinas e equipamentos a derrubar pinheiros com uma sanha que me surpreendeu. Reconhecendo entre os aludidos técnicos, a senhora Eng^a Alexandra Rooger, dirigi-me à mesma afirmando não haver

necessidade de tal derrube e perguntando-lhe se havia alguma informação e decisão expressa de quem tivesse competência sobre o assunto para o mesmo derrube. Perguntei também, qual era o fim a dar à madeira das árvores abatidas. Foi-me respondido que havia pareceres técnicos, mormente orais, que diziam que as árvores que estavam a ser derrubadas constituíam perigo, e que não havia qualquer decisão expressa para o efeito. Quanto ao fim a dar à madeira das árvores derrubadas, disse-me a senhora Eng^a Alexandra Rooger, que não sabiam ainda, mas que talvez a mesma se destinasse à unidade de recompostagem. As árvores abatidas eram as maiores, as melhores, as mais saudáveis, as mais direitas e aprumadas, as que tinham, melhor copa, e as que não apresentavam qualquer perigo imediato ou mediato para as pessoas e bens do Aldeamento Sozende. Constituíam, só por si, um valor ambiental a conservar. Claro está que, após a referida interpelação, o abate terminou, tendo-se verificado o seguinte: 1. Ficaram de pé as árvores mais fracas e esgalhadas, mormente por feito do derrube das outras; 2. Há quatro dias plantaram três pinheiros junto ao segundo bloco de habitações do referido aldeamento, cuja espécie desconheço, pelo menos um deles mais próximo do edifício que os que haviam sido anteriormente derrubados. Assim: sendo este assunto de âmbito e ordenamento ambiental, o que respeita a todos nós e em especial aos habitantes daquele aldeamento; tendo o mesmo perfeito enquadramento nas atribuições legais deste município; tendo nós, eleitos pelo povo de Esposende para este órgão, o dever de prosseguir aquelas atribuições através do exercício das competências legais desta Assembleia Municipal; e conferindo-nos a lei poderes para tal, nos termos legais e regimentais em vigor requieiro ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende o seguinte: 1. Informações, pareceres e decisões, quer da Câmara Municipal, quer dos seus membros, quer de outros funcionários ou agentes sobre o referido abate de árvores; 2. Identificação dos técnicos, funcionários, agentes e outras pessoas e entidades envolvidas no referido abate e respectivas ordens de serviço; 3. Informação sobre o fim dado à madeira das árvores que foram abatidas e no caso de ter sido vendida a particulares, a identificação dos mesmos e respectivos documentos de compra e venda; 4. Informação sobre plano ou planos existentes para a replantação de árvores quer no referido aldeamento Sozende, quer noutros locais, mormente na Estrada Nacional 13, entre a Estalagem Zende e a Av^a Padre Sá Pereira; 5. Esclarecimento cabal sobre as finalidades do abate realizado." Segue-se assinatura.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, cuja cópia foi distribuída a todos os elementos.

O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos sobre as questões anteriormente colocadas. Relativamente à Barra do Cávado informou que o respectivo projecto será incluído no programa Finisterra, que prevê a requalificação do litoral e virá a ser apresentado oficialmente pelo senhor Primeiro Ministro e pelo senhor Ministro do Ambiente, sendo esta a razão da sua não inclusão em PIDDAC. Mais informou que a Câmara está em negociações para a aquisição

da estação Rádio-Naval de Apúlia e do edifício dos Socorros a Náufragos. Relativamente à potencial poluição através de maré negra, referiu que o a Comissão Ecológica poderia ter solicitado esclarecimentos ou que o contacto poderia ter partido desta. Relativamente às infraestruturas de suportes publicitários afirmou que os mesmos dão propriedade privada e não de qualquer partido político. Sobre o Pinhal de Ofir e o loteamento referido, informou que consta do respectivo processo todo o procedimento administrativo prosseguido pela Câmara. Comentou informações que foram publicadas em órgãos de comunicação social sobre a construção no Pinhal de Ofir, salientando que aquando da aprovação do Plano Director Municipal ninguém levantou qualquer objecção e questiona-se agora a sua classificação. Quanto à questão do caminho ser público ou privado, nada consta no processo sobre a sua classificação.

José Luis Azevedo comentou sobre a informação dada pelo Presidente da Câmara, que se limitou a coligir diversos elementos, não apresentando verdadeiramente a "informação escrita". Comentou as respostas dadas pelo Presidente da Câmara às questões que colocou. Referiu as dificuldades que se sentem nos serviços da Câmara para acesso aos processos, bem como e até, salientou, a um simples regulamento municipal. Mais referiu que a oposição tem dificuldades no acesso aos processos nos serviços da Câmara Municipal.

Àlvaro Maio questionou qual o ponto da situação do loteamento em Ofir; mais questionou sobre a anunciada inauguração do estádio de Marinha e sobre o compromisso de não ser abandonado o campo de S. Miguel enquanto não existir um campo de treinos. Mais perguntou sobre o ponto da situação da criação de polo do ensino superior.

João Maria Nunes questionou sobre a auditoria realizada aos serviços da Câmara Municipal e se já foram tomadas iniciativas para melhorar a qualidade dos serviços.

José Luis Ribeiro comentou as respostas dadas pelo Presidente da Câmara e salientou que o seu interesse prende-se somente com o bem do concelho e não tem qualquer carácter partidário.

O Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas por Àlvaro Maio, dizendo não existir o compromisso de se construir um campo de treinos; sobre o polo de ensino superior informou que a Câmara tem mantido contactos com escolas do ensino superior, para esse efeito. Sobre a auditoria referiu que o relatório apresenta somente as situações que estão menos bem e o seu objecto prende-se com a obtenção de certificado de qualidade dos serviços da Câmara Municipal. Sobre o pinhal de Ofir salientou que no processo nada aponta para que o caminho em questão seja considerado público.

José Maria Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas comentou a afirmação do Presidente da Câmara sobre a não existência de compromisso para a construção de campo de

treinos. Salientou que se verifica falta de espaço para a realização de treinos e jogos para todos os escalões em actividade.

Álvaro Maio referiu que o Futebol Clube de Marinhas tem em actividade mais de centena e meia de atletas infantis e que as instalações actuais não são suficientes para esse efeito.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos:

O Presidente da Mesa solicitou autorização para incluir na ordem do dia uma proposta de adesão do município à Sociedade Portuguesa de Arboricultura, tendo o plenário, por unanimidade dos presentes, aprovado a mesma.

03.01 – ACTA Nº 06/AM DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2002 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO:

Foi presente a acta da sessão anterior, realizada no passado dia vinte e quatro de Setembro e cuja cópia foi distribuída a todos os membros deste órgão:

Verificou-se a intervenção de José Luis Azevedo que perguntou se efectivamente na sessão em causa tinha sido decidido que os requerimentos seriam enviados por cópia a todos os elementos da assembleia ou somente aos grupos partidários, tal como consta da acta em apreciação.

O Presidente da Mesa informou que a proposta aprovada foi a que consta da minuta da acta, ou seja, o envio somente aos grupos partidários.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO.

03.02 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2003 – PROPOSTA:

Foi presente, de harmonia com deliberação tomada pela Câmara Municipal em reunião realizada no passado dia dois de Dezembro, a proposta de Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Actividades Municipal e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e três. Fica arquivada cópia da presente proposta junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito:

O Presidente da Câmara explicou a proposta:

Verificaram-se as seguintes intervenções:

João Maria Nunes apresentou a seguinte declaração: "Mais um Orçamento em que as receitas que são previstas arrecadar, são insuficientes para cobrir na totalidade, as despesas anunciadas. Em termos empresariais, diríamos, que partimos para dois mil e três, já com prejuízo assegurado. Além de algumas receitas estarem inflacionadas, aí está mais uma vez, o recurso já garantido ao crédito, através de empréstimo não utilizado e no valor de trezentos e noventa e sete mil setecentos e vinte e três euros. Mas esta verba é insuficiente, e por isso, o Executivo, pretende mais 'autorizações' desta Assembleia Municipal, para contrair mais empréstimos e poder realizar contratos de locação financeira, sem que saibamos, que tipo de despesas, serviços ou empreitadas, pretende realizar. Ao ler a página dois assinada pelo senhor Presidente da Câmara, e a ser verdade a execução de tantos e tão grandes projectos, em total congregação de esforços, com o Governo Central, que não discrimina nem esquece o nosso município, é chegada a hora das grandes transformações. Preparemo-nos pois, para a qualidade de vida que sempre ambicionamos, já que os investimentos serão de tal grandeza, que o nosso actual e futuro bem estar, fica desde já assegurado, ou pelo menos, fica desde já... prometido. A empatia que se verifica entre Governo Central e Município de Esposende, a cumplicidade existente e a existir, devido à catadupa de verbas a transferir, garante-nos um futuro mais risonho, onde os pobres e os mais pobres, ficarão cada vez mais pobres. Só na rubrica 'apoio ao projecto de combate à pobreza' que no Orçamento de 2002 tinha sido contemplado com vinte e quatro mil novecentos e quarenta euros, para o ano de dois mil e três tem prometida a modesta quantia de dez mil euros. É esclarecedor. No concelho de Esposende, ou os pobres são cada vez menos ou temos os pobres cada vez mais ricos. Quanto a transferências vindas do Governo Central, através dos diversos fundos (FBM, FGM e FGM), lembramos as verbas recebidas e ou a receber: recebido pelo município de Esposende em dois mil e um – cinco milhões cento e trinta e sete mil quatrocentos e três; a receber – orçamento de dois mil e dois – cinco milhões seiscentos e dez mil e quarenta euros – nove vírgula dois por cento; a receber – orçamento de dois mil e três – cinco milhões setecentos e setenta e um mil seiscentos e quinze euros – dois vírgula oitenta e oito por cento. Também por esta análise, confirmamos o ditado 'que os amigos são para as ocasiões'. Perante a evidência dos números, e esses não se podem iludir, e em face do solicitado a esta Assembleia Municipal, apelamos desde já a uma reflexão bem ponderada, que nos levará na defesa dos interesses do concelho de Esposende, à não aprovação deste orçamento, nos estritos termos em que o mesmo nos é apresentado. Plano de Actividades Municipais dois mil e três – As despesas de investimento apresentam em relação ao Orçamento de dois mil e dois um decréscimo de quinze vírgula vinte e um por cento, a que corresponde menos um milhão sete mil seiscentos e quatro euros. Destacamos pela negativa o abrandamento de actividades em áreas tão importantes como : drenagem e tratamento de esgotos – negativo oitenta e dois vírgula quarenta e seis por cento; redes de abastecimento de águas – negativo quarenta e

nove vírgula dezasseis por cento; serviço de recolha de resíduos – negativo trinta e três vírgula dezassete por cento; serviço de iluminação pública – negativo vinte vírgula oitenta e seis por cento. Plano Plurianual de Investimentos: O PPI, de horizonte móvel de quatro anos deve contemplar todos os projectos e acções a realizar dentro dos objectivos estabelecidos pela autarquia e deve explicitar a respectiva previsão de despesa. Anunciam-se obras, definem-se verbas para umas e nada para outras, há projectos que transitam de um ano para outro sem qualquer cêntimo executado, outras obras há, com promessas de execução de centenas de milhares de euros mas sem um único cêntimo definido, e há projectos que umas vezes são anunciados com determinada fonte de financiamento mas no ano seguinte o mesmo projecto é apresentado com fonte financiadora bem diversa. Alguns exemplos: central de camionagem de Esposende; variante sul de Apúlia; marginal de Esposende ou zona ribeirinha de Esposende; Museu de Arte Popular de Fão; Complexo Desportivo de Esposende; Infraestruturas da Zona Industrial de Esposende. Para dois mil e três, há uma restrição significativa ao investimento. Mas promessas para dois mil e quatro não faltam. Desde o Projecto das Marés (um milhão cento e vinte e sete mil euros), passando pelo Pavilhão Gimnodesportivo das Marinhas (seiscentos mil euros), pela Variante Norte de Apúlia (seiscentos e cinquenta mil euros), pela Variante EN 13 (setecentos e cinquenta mil euros), a Recuperação da Ponte de Fão (setecentos e cinquenta mil euros) até à Variante das Marinhas (trezentos e cinquenta mil euros) são mais de quatro milhões de euros em promessas, que deixam o nosso ego a transbordar de felicidade. Quem nos dera que tudo fosse verdade, mas sendo o Saneamento do Concelho uma obra tão importante, e prevendo o senhor Presidente da Câmara que atingiremos oitenta e cinco por cento de cobertura, só daqui a quinze anos, bem podemos imaginar, que muito provavelmente, estes projectos anunciados, ficarão para as calendas gregas. Orçamento da Receita: Receitas correntes – Compreendendo a necessidade de se arrecadar maior receita, julgamos ser uma barbaridade o aumento significativo na rubrica 'Taxas, multas e outras penalidades', na ordem dos sessenta e um por cento, com destaque para o aumento brutal das tarifas de recolha de resíduos sólidos... em cerca de trezentos por cento. Nos 'Impostos directos' chamamos a atenção para o aumento previsto na receita de cerca de dez por cento, sendo a Contribuição Autárquica a principal responsável pelo aumento desta receita. As Receitas Correntes aumentam, é verdade, mas é à custa da enormidade do dinheiro que será sacado dos bolsos da população do nosso concelho, através de taxas e impostos. Receitas de Capital – Devido à diminuição das receitas provenientes do Estado, através dos diversos Fundos, já é aceite uma quebra acentuada nas receitas, na ordem dos dezoito por cento, mas mesmo assim, e atendendo à conjuntura económica actual, não acreditamos na previsão do Órgão Executivo quando prevê uma receita assinalável na Venda de Bens de Investimento, que nem se sabe que terrenos ou edifícios estão para venda. O optimismo de crescimento da receita, nesta rubrica, é de oitenta e cinco vírgula cinquenta e quatro por cento. Orçamento da despesa – despesas correntes – Sendo verdade que em orçamento, estas despesas só prometem aumentar, como dizem, uns irrisórios zero vírgula por cento, devemos salientar que esta ilusória contenção resulta da diminuição dos subsídios

atribuídos e das transferências para as Juntas de Freguesia, valores que se situam em cerca de negativo dezoito por cento, ou seja, em cerca de duzentos e doze mil euros. Mas, em contrapartida, provavelmente porque tem os seus colaboradores mal remunerados, o município de Esposende, generosamente, depois de ter aumentado as Despesas com pessoal em dois mil e dois em cerca de treze vírgula trinta e cinco por cento, prepara-se agora para em dois mil e três conceder mais um agradável aumento ao seu pessoal, em cerca de onze vírgula vinte e oito por cento. Em dois anos, as Despesas com Pessoal, aumentam os seus custos em seiscentos e noventa e um mil euros (cerca de cento e quarenta mil contos). Despesas de Capital – Apesar da quebra prevista em Receitas de Capital ser na ordem de um milhão oitocentos e quarenta e seis mil duzentos e noventa e três euros, o município de Esposende reduz em Despesas de Capital, a verba de um milhão doze mil quinhentos e um euros. Os mais penalizados para dois mil e três, serão as Juntas de Freguesia, SMAS e algumas instituições, que no conjunto das transferências Correntes e de Capital, vêem a sua capacidade de execução, em termos monetários, ser diminuída em cerca de novecentos e trinta e dois mil euros. Antas, Belinho, Curvos, Fonte Boa, Gandra, Gemeses, Mar, Palmeira e Rio Tinto, têm explicitamente prometidos zero cêntimos de investimento. Marinhas, pode contar com vinte e cinco euros por habitante, para investimento da Câmara Municipal de Esposende. Encargos com empréstimos – Desde já assegurado para o Executivo o aumento dos encargos com mais um empréstimo, conforme apontado inicialmente, e no valor de trezentos e noventa e sete mil setecentos e vinte e três euros, receamos que esta Assembleia autorize mais empréstimos, que comprometerão a saúde financeira dos que vierem no futuro a ter que gerir o município de Esposende. As actuais dívidas, só a Bancos, com o ritmo de amortizações destes últimos anos, já nos comprometem para os próximos trinta anos. Este Orçamento para dois mil e três não pode ser aprovado nos termos em que nos é apresentado e esta Assembleia Municipal não deve dar aval às pretensões do Executivo assinaladas na página três, pois para além dos aspectos já focados anteriormente, queremos realçar o seguinte: primeiro – aprovar tal como está este Orçamento, é o mesmo que assinar um cheque em branco, a ser usado por quem o recebe, mas sem que esta Assembleia tome conhecimento no imediato, da sua utilização. Propomos por isso, que em cada momento da gestão municipal, ou desde que se especifique o destino das verbas, o Executivo solicite autorização a esta Assembleia para contrair mais dívidas, mas através das formas legais que estiver à disposição. Segundo – Embora o Executivo já dê como garantida a transferência de verbas do programa de 'Requalificação da Frente da Praia da Couve', para a construção de habitação social em Apúlia e Vila Chã, entendemos propor a esta Assembleia que por uma questão de democracia, deveríamos saber em primeiro lugar, o que pensam os novos eleitos para a Assembleia de Freguesia de Apúlia, cujas eleições se realizarão no próximo dia vinte e dois do corrente mês. Terceiro – A aprovação deste Orçamento marcará o ano de dois mil e dois, talvez como o pior ano de gestão da Câmara Municipal de Esposende, já que os seus munícipes, para além da sobrecarga de impostos determinados pelo Governo Central do PSD – CDS/PP, ainda terão de suportar a brutalidade de Impostos e Taxas, e que a maioria política deste concelho, teima em

não proteger. O ano de dois mil e dois no concelho de Esposende ficará assinalado, pela aprovação pela maioria política, dos seguintes e significativos aumentos no custo de vida: água – quarenta e três por cento; tarifa de recolha de resíduos – trezentos por cento; tarifa de conservação de saneamento – quarenta e três por cento." Segue-se assinatura.

Álvaro Maio questionou sobre a rubrica relativa à supressão de barreiras urbanísticas, bem como perguntou se na realização de projectos em curso já se encontram contempladas as necessárias soluções. Perguntou qual o valor actual dos arranjos já efectuados no Largo Dr. Fonseca Lima. Sobre a criação do Roteiro Arqueológico, perguntou se se trata de novo documento ou de uma reedição do já existente. Perguntou sobre a Festa da Lampreia, o que se pretende realizar e que freguesias serão abrangidas.

Mário Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Curvos perguntou se está previsto o fornecimento de material informático às Juntas de Freguesia e a implementação de sistema de comunicações "on-line" entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. Mais perguntou relativamente à sede da Escola de Música.

António Carlos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã colocou várias questões sobre a Zona Industrial de Vila Chã e salientou a importância, para os habitantes de Vila Chã, da construção de rotunda no entroncamento da estrada que vem de Vila Chã com a Estrada Nacional 13.

António Catarino, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte Boa, perguntou sobre o que se pretende fazer para a requalificação da zona da Barca do Lago.

José Luis Azevedo perguntou se existe ou existiu alguma vez intenção da Câmara em lançar uma derrama sobre as empresas deste município.

O Presidente da Câmara respondeu às diversas perguntas colocadas. Sobre as barreiras arquitectónicas informou que já são tidas em consideração aquando da elaboração de projectos; Sobre o Largo Dr. Fonseca Lima, respondeu que não têm sido gastas verbas com projectos para aquele espaço, mas que se encontra em curso a realização de projecto para o seu arranjo. Quanto ao Roteiro Arqueológico, informou que se trata de um novo roteiro de percursos pedestres, em que se pretende juntar as vertentes cultural e turística. Quanto à Festa da Lampreia, respondeu que se trata da concretização de um programa elaborado pelo Turismo e a que será dado algum apoio para a sua concretização. Sobre a ligação "on-line" entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, afirmou que serão realizadas algumas ligações a título experimental. Relativamente ao projecto de modernização administrativa referiu não estar prevista a cedência de material informático às Juntas de Freguesia, dado que, para esse efeito, as juntas podem apresentar candidaturas directamente para aquisição de material informático. Quanto à Escola de Música informou que a escola será instalada no edifício onde funciona a

escola do primeiro ciclo se assim for possível. Sobre a Zona Industrial de Vila Chã informou que a mesma será ampliada com a revisão do PDM. Informou que existe uma candidatura de projecto para a requalificação da Barca do Lago. Quanto à questão de lançamento de derrama, informou considerar a mesma como uma condicionante negativa para a fixação de indústria no nosso concelho.

José Eduardo Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, perguntou se o projecto de arranjo do Largo Dr. Fonseca Lima será submetido à apreciação pública, nomeadamente da Assembleia de Freguesia de Esposende, tendo o Presidente da Câmara respondido afirmativamente.

Compareceu à sessão, a partir deste momento, Manuel Fernando Torres Arezes, cuja falta até ao momento foi considerada justificada.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E CINCO VOTOS A FAVOR, CINCO VOTOS CONTRA E TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR NA GENERALIDADE, ESPECIALIDADE E VOTAÇÃO FINAL GLOBAL O PLANO PLURIANUAL E INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS, BEM COMO APROVAR AS AUTORIZAÇÕES ESPECIFICAMENTE SOLICITADAS.

03.03 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2003 - PROPOSTA:

Foi presente, de harmonia com deliberação tomada pela Câmara Municipal em reunião realizada no passado dia vinte e oito de Novembro, a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de dois e três. Fica arquivada cópia da presente proposta junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito:

O Presidente da Câmara explicou a proposta:

Verificaram-se as seguintes intervenções:

José Maria Esteves questionou sobre as obras de saneamento básico em Marinhãs, atendendo às inúmeras reclamações que se têm verificado, dado que implicam com o estado do pavimento das ruas. Mais perguntou sobre as candidaturas a financiamento, que vêm atrasar a execução das obras. Salientou que algumas obras aparentam ser executadas de forma um pouco lenta. Relativamente à parte norte da freguesia, nomeadamente o lugar de Rio de Moinhos, considerou que sendo obras muito prioritárias foram, no entanto, abandonadas.

O Presidente da Câmara respondeu que é necessária uma verba muito elevada que não existe neste momento. Salientou que, no entanto, se tem procurado resolver casos pontuais.

José Maria Esteves, usando novamente da palavra, referiu que a Av^a José Inácio Areias apresenta dificuldades sempre que chove, solicitando que seja devidamente analisado este problema das águas pluviais.

José Maria Nunes apresentou a seguinte intervenção: "Ao analisar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, não podemos deixar de referenciar que ao optimismo financeiro que reinou em dois mil e dois se evidencia agora algum desânimo sobre os que gerem os destinos dos SMAS. Até ao Orçamento de dois mil e dois, com o Governo Central do PS, os SMAS de Esposende, podiam gabar-se que, e passo a transcrever desse Orçamento, 'o elevado êxito nos financiamentos conseguidos ficou a dever-se à apresentação de projectos integrados...'. Para dois mil e três, com o Governo Central PSD/CDS-PP, alude-se à incapacidade para atingir e suportar alguns investimentos, já que, e passo a citar 'as dificuldades de acesso directo por parte das autarquias ao III QCA, têm constituído a principal razão do adiamento da execução dessas infraestruturas'. Da análise ao Orçamento das Receitas e Despesas, ressalta o fraco investimento para o ano de dois mil e três. No Orçamento de dois mil e dois os próprios SMAS reconheciam que o investimento poderia ser entendido como pouco significativo. Em face do Orçamento para dois mil e três, onde se prevê investir menos catorze por cento em relação ao ano anterior, bem podemos afirmar que o investimento é aquilo 'que se pôde arranjar.' Há dez freguesias (Antas, Apúlia, Esposende, Fão, Fonte Boa, Gandra, Gemeses, Palmeira, Rio Tinto e Vila Chã) com zero cêntimos de investimento previsto, sem contar que Belinho e Mar, não têm sequer um euro por habitante para o ano de dois mil e três. Receitas Correntes: A expectativa de aumento de receitas assenta essencialmente na rubrica Venda de Bens e Serviços Correntes, com um aumento de trinta e um vírgula vinte e um por cento. Destacamos o aumento de receita na Venda de Água (mais dezasseis vírgula nove por cento) e dos aumentos das Tarifas das Disponibilidades da Água e Saneamento, bem como do aumento das Tarifas da Conservação de Saneamento. A receita em Tarifa da Disponibilidade de Água, prevista em um milhão trezentos e trinta e quatro mil euros, parece-nos exageradamente orçamentada e com números seguramente inatingíveis, a não ser que Câmara e SMAS tenham no seu horizonte, mais um aumento substancial nesta rubrica. Porque as Receitas Correntes crescem à custa dos aumentos significativos nas tarifas e quem as tem de suportar é a população do concelho, já sacrificado com tantos aumentos nos Impostos e Tarifas, apelamos ao voto negativo quanto à aprovação deste Orçamento para dois mil e três." Segue-se assinatura.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE CINCO VOTOS A FAVOR, QUATRO VOTOS CONTRA E QUATRO ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E

ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS.

03.04 – CONTRIBUIÇÃO PREDIAL AUTÁRQUICA URBANA PARA O ANO DE 2002 – PROPOSTA:

Foi presente, de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia vinte e seis de Setembro, a seguinte proposta: "Uma das receitas municipais previstas na Lei das Finanças Locais é a Contribuição Autárquica. De acordo com o disposto na alínea f) do número dois do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, é competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar anualmente o valor da taxa da contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos. No uso da competência acima referida, e tendo presente que os fundamentos para a fixação da taxa máxima, nomeadamente o valor tributável dos prédios e o esforço de infraestruturação que o município tem vindo a desenvolver e cuja necessidade decorre essencialmente da necessidade de dotar os prédios urbanos de equipamentos públicos que permitam aos seus ocupantes uma maior qualidade de vida, proponho que, para os efeitos do disposto no número um do artigo 17º do Código da Contribuição Autárquica, para vigorar no ano de 2002, seja fixada em 1,3 % (um vírgula três por cento) a taxa da contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos.":

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E CINCO VOTOS A FAVOR, SETE VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO, APROVAR A PROPOSTA DE FIXAÇÃO EM UM VÍRGULA TRÊS POR CENTO DA TAXA DE CONTRIBUIÇÃO PREDIAL AUTÁRQUICA URBANA PARA O ANO DE DOIS MIL E DOIS.

03.05 – REGULAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E HIGIENE URBANA – ALTERAÇÃO DA TARIFA DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E HIGIENE URBANA – PROPOSTA:

Foi presente, de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia vinte e quatro de Outubro, uma proposta de alteração ao tarifário constante do Regulamento de Resíduos Sólidos e Higiene Urbana, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante:

O Presidente da Câmara explicou a proposta:

Verificaram-se as seguintes intervenções:

José Luis Azevedo referiu que os munícipes já pagam impostos e que estes são para bens de carácter social, nos quais se inserem estes serviços. Mais referiu que com a presente proposta se transfere a responsabilidade do pagamento total para os munícipes.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE DOIS VOTOS A FAVOR, SEIS VOTOS CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E HIGIENE URBANA.

JOSÉ MARIA NUNES APRESENTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO: "O Partido Socialista, após votar contra o aumento das Tarifas da Recolha de Resíduos Sólidos, iniciativa da Câmara Municipal de Esposende, apresentada à Assembleia Municipal em sessão Ordinária de dezasseis de Dezembro de dois mil e dois, declara o seguinte: Em seis de Junho do corrente ano, e conforme acta nº 12/2002 da Câmara Municipal de Esposende, o Partido Socialista apresentou então, um alternativa à proposta da Câmara, e que foi recusada pela maioria nesse órgão. A proposta em causa, em síntese, consubstanciava o seguinte: Primeiro escalão – de zero a cinco metros cúbicos; segundo escalão – de seis a quinze metros cúbicos; terceiro escalão – dezasseis a vinte metros cúbicos; quarto escalão – vinte a vinte e cinco metros cúbicos; quinto escalão – mais de vinte e cinco metros cúbicos. Custo: primeiro escalão – oitenta cêntimos; segundo escalão – dois euros; terceiro escalão – três euros; quarto escalão – cinco euros; quinto escalão – cinco euros mais cinquenta cêntimos por metro cúbico consumido. Provisórios: taxa fixa – três euros; consumo mínimo / água – oitenta cêntimos; tarifa mínima – três euros e oitenta cêntimos. Escritórios: taxa fixa – um euro e cinquenta cêntimos; consumo mínimo / água – oitenta cêntimos; tarifa mínima – dois euros e oitenta cêntimos; Instituições – taxa fixa – dois euros; consumo mínimo / água – oitenta cêntimos; tarifa mínima – dois euros e oitenta cêntimos. Estado e autarquias: taxa fixa – três euros; consumo mínimo / água – oitenta cêntimos; tarifa mínima – três euros e oitenta cêntimos. Indústria hoteleira e similares: taxa fixa – dois euros e cinquenta cêntimos; consumo mínimo / água – oitenta cêntimos; tarifa mínima – três euros e trinta cêntimos. Comércio e indústria: taxa fixa – três euros; consumo mínimo / água – oitenta cêntimos; tarifa mínima – três e oitenta cêntimos; Prédios ocupados com rede pública mas não ligados: taxa fixa – cinco euros; consumo mínimo / água – oitenta cêntimos; tarifa mínima – cinco euros e oitenta cêntimos. A maioria, insensível às dificuldades dos esposendenses, insistiu na sua proposta que implicará um crescimento brutal das tarifas, superior a trezentos por cento, que vai acrescer a outros aumentos tremendos de taxas e tarifas municipais, recentemente aprovados. O Partido Socialista não podendo ficar insensível às dificuldades dos mais carenciados, pede à maioria deste concelho, que pelo menos altere a parte referente aos ‘cinquenta por cento de redução’, para ‘isenção total’, (artº 5º, nº 1, cap. III do Regulamento). Segue-se assinatura.

03.06 – REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – PROPOSTA:

Foi presente, de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia vinte e seis de Setembro, a proposta de Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior residentes do município de Esposende, cujo

teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante:

O Presidente da Câmara explicou a proposta:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE.

03.07 – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – DESIGNAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Foi presente o seguinte ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, datado de vinte e sete de Novembro último e do seguinte teor: "Como é do conhecimento de V. Ex.cia, a CPCJ de Esposende foi aprovada por Portaria conjunta do Ministério da Justiça e do Trabalho e Solidariedade nº 1276-ES/2000, de 30 de Dezembro a data da entrada em vigor da Lei da Protecção de Crianças e Jovens que ocorreu a um de Janeiro de dois mil e um. Segundo o artº 26º da Lei nº 10/7/99, os membros da Comissão de Protecção são designados por um período de dois anos, renovável. Sendo assim e nos termos do artº 17º da mesma Lei e como aconteceu neste último mandato integra a Comissão Alargada, entre outras quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal, eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, pelo que solicitamos a indicação destes nesta Comissão e a respectiva identificação. Comunicamos ainda que dois dos eleitos designados pela Assembleia Municipal, em termos de assiduidade às reuniões foi nula nomeadamente Dr. António Sousa Cepa e Dr. Manuel Ferreira. Comunicamos ainda, que serão os representantes a serem designados pela Assembleia contactados pela CPCJ, a fim de serem informados da data, hora e local da próxima reunião para a constituição da Comissão Alargada e Restrita, nos termos do artº 20º da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro." Segue-se assinatura da Presidente da respectiva comissão:

O Presidente da Mesa solicitou a apresentação de propostas para a apreciação deste assunto:

José Luis Azevedo apresentou proposta de que os representantes sejam: dois designados pelo Partido Social Democrata, um designado pelo Partido Socialista e um designado entre os outros grupos.

Agostinho Neiva sugeriu a realização de um intervalo de cinco minutos para realização de conferência entre os líderes dos grupos.

Sendo doze horas e quarenta e cinco minutos, foram os trabalhos suspensos.

Pelas doze horas e cinquenta e cinco minutos foram retomados os trabalhos, verificando-se a continuação da existência de *quorum*, dada a presença dos mesmos elementos.

Manuel Enes ausentou-se definitivamente da sessão, depois de devidamente autorizado.

Álvaro Maio comentou a reunião entretanto realizada e sugeriu que cada partido apresente os seus representantes.

José Luis Azevedo defendeu a proposta de que sejam indicados nomes para o efeito, sendo votado caso a caso.

Carlos Ferreira apresentou justificação para a observação notada no ofício do Presidente da Comissão, salientando que justificou uma falta e só foi convocado para mais uma reunião.

Agostinho Neiva apresentou a seguinte proposta, que os restantes grupos declaram subscrever: "O grupo do Partido Social Democrata apresenta, como elementos integrantes da Comissão de Protecção de Menores em representação da Assembleia Municipal, os seguintes membros: Manuel Lima de Almeida; Tiago Francisco Ferreira Faria de Moraes; José Luis Correia Azevedo; e Maria Emília Vilarinho Zão." Segue-se data e assinaturas:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM TRINTA E UM VOTOS A FAVOR, E UMA ABSTENÇÃO, DESIGNAR COMO SEUS REPRESENTANTES NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS OS SEGUINTE CIDADÃOS: MANUEL LIMA DE ALMEIDA; TIAGO FRANCISCO FERREIRA FARIA DE MORAIS; JOSÉ LUIS CORREIA AZEVEDO; E MARIA EMÍLIA VILARINHO ZÃO.

03.07 – SOCIEDADE PORTUGUESA DE ARBORICULTURA – PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO:

Foi presente, de harmonia com deliberação do Executivo Municipal, tomada em reunião de cinco do corrente, uma proposta de adesão do município à sociedade em epígrafe, pelos fundamentos que constam da mesma proposta:

O Presidente da Câmara explicou o teor da proposta:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, AUTORIZAR A INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO COMO SÓCIO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ARBORICULTURA.

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito o senhor Carlos Camacho, conforme afirmou na sua qualidade de director da Esposende Rádio, que, usando da palavra nos termos do Regimento, esclareceu que a empresa que representa nunca recebeu qualquer subsídio da Câmara Municipal de Esposende e que não pretende sequer que lhe seja atribuído qualquer subsídio.

O Presidente da Mesa apresentou os seus agradecimentos a todos os membros da Assembleia Municipal pelo modo positivo como têm decorrido as sessões deste órgão e desejou votos de boas festas a todos e familiares, bem como aos funcionários da Câmara Municipal.

Pelo Presidente da Mesa foi proposto que as deliberações da presente reunião, fossem aprovadas em minuta, para efeitos imediatos, **QUE FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.**

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta das deliberações tomadas na presente sessão, que, depois de lidas, foram submetidas à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovadas por **UNANIMIDADE DOS PRESENTES.**

Sendo treze horas e vinte minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.